

Fitesa Nãotecidos S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista

90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone +55 (51) 3327-0200

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores

Fitesa Nãotecidos S.A.

Gravataí – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fitesa Nãotecidos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fitesa Nãotecidos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

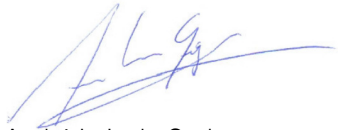
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



André Luiz de Godoy
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

Fitesa Nãotecidos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	66.756	153.715	Fornecedores	37.629	39.811
Contas a receber de clientes (Nota 5)	42.786	23.381	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	117.969	162.525
Estoques (Nota 6)	47.610	41.111	Obrigações trabalhistas	12.167	16.084
Partes relacionadas (Nota 8)	647	15.951	Partes relacionadas (Nota 8)	17.597	24.752
Impostos a recuperar (Nota 9)	61.325	45.939	Impostos e encargos sociais	8.076	4.208
Outros créditos	3.357	6.841	Dividendos a pagar (Nota 17)	8.430	-
Total do ativo circulante	222.481	286.938	Arrendamentos a pagar (Nota 15)	78	-
Depósitos judiciais (Nota 14)	15.613	9.694	Credores diversos	6.084	4.516
Impostos diferidos (Nota 7)	13.992	28.886	Total do passivo circulante	208.030	251.896
Partes relacionadas (Nota 8)	146.353	49.378	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	431.118	392.624
Impostos a recuperar (Nota 9)	15.345	38.599	Partes relacionadas (Nota 8)	-	239.298
Outros créditos	446	69	Provisões para riscos trabalhistas (Nota 14)	974	1.409
Investimento (Nota 10)	-	246.117	Impostos e encargos sociais	4.430	8.937
Imobilizado (Nota 11)	406.266	400.475	Arrendamentos a pagar (Nota 15)	107	-
Intangível	11.168	8.475	Total do passivo não circulante	436.629	642.268
Total do ativo não circulante	609.183	781.693	Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Capital social	213.531	220.932
			Prejuízos acumulados	(26.526)	(42.874)
			Ajuste avaliação patrimonial	-	(3.591)
			Total do patrimônio líquido	187.005	174.467
Total do ativo	831.664	1.068.631	Total do passivo e patrimônio líquido	831.664	1.068.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fitesa Nãotecidos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita líquida de vendas (Nota 19)	639.197	609.886
Custo das vendas	<u>(469.174)</u>	<u>(473.417)</u>
Lucro bruto	<u>170.023</u>	<u>136.469</u>
Despesas com vendas	(46.265)	(46.340)
Despesas administrativas	(28.259)	(28.056)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	-	6.865
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>7.830</u>	<u>8.637</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	<u>103.329</u>	<u>77.575</u>
Receitas financeiras (Nota 21)	137.235	142.186
Despesas financeiras (Nota 21)	<u>(205.294)</u>	<u>(291.602)</u>
Resultado financeiro	<u>(68.059)</u>	<u>(149.416)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>35.270</u>	<u>(71.841)</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7)	<u>(9.004)</u>	<u>31.557</u>
Corrente	(1.144)	5.756
Diferido	(7.860)	25.801
Resultado líquido do exercício	<u>26.266</u>	<u>(40.284)</u>
Lucro (prejuízo) por ação	<u><u>0,1230</u></u>	<u><u>(0,1823)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fitesa Nãotecidos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado líquido do exercício	<u>26.266</u>	<u>(40.284)</u>
Outros componentes do resultado abrangente (Nota 10)	-	27.977
resultado		
Varição cambial de controladas no exterior	-	27.934
Itens que não serão posteriormente reclassificados para o resultado		
Ganhos (perdas) atuariais com benefícios a empregados	-	43
Total do resultado abrangente do exercício	<u>26.266</u>	<u>(12.307)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fitesa Nãotecidos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro 2018	110.932	(31.568)	(2.590)	76.774
Outros resultados abrangentes	-	27.977	-	27.977
Aumento de capital	110.000	-	-	110.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(40.284)	(40.284)
Saldo em 31 de dezembro 2018	220.932	(3.591)	(42.874)	174.467
Redução de capital	(7.401)	3.591	-	(3.810)
Lucro líquido do exercício	-	-	26.266	26.266
Destinação do lucro:				
Juros sobre capital próprio	-	-	(9.918)	(9.918)
Saldo em 31 de dezembro 2019	213.531	-	(26.526)	187.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fitesa Nãotecidos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	35.270	(71.841)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	42.261	32.241
Variações cambiais e juros de empréstimos e financiamentos	39.183	128.454
Resultado na baixa/venda de ativos imobilizados	-	75
Resultado de equivalência patrimonial	-	(6.865)
Provisão para perdas esperadas de crédito	1.099	656
(Reversão) Provisão de riscos trabalhistas, líquido	(435)	1.021
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável dos estoques	(366)	-
Lucro ajustado	<u>117.012</u>	<u>83.741</u>
Variações nos ativos e passivos	<u>(18.574)</u>	<u>(17.919)</u>
(Aumento) Redução de estoques	(6.133)	6.612
Aumento de contas a receber e outras contas a receber	(23.316)	(17.820)
(Redução) Aumento de contas a pagar e outros	(6.019)	13.812
Redução (Aumento) em outros impostos líquidos	16.894	(20.523)
Outras atividades operacionais	<u>(10.809)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.809)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>87.629</u>	<u>65.822</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(50.567)	(54.612)
Empréstimo a partes relacionadas	(72.217)	12.057
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>(122.784)</u>	<u>(42.555)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	110.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(159.661)	(124.477)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(24.046)	(23.211)
Empréstimos e financiamentos tomados	131.903	35.910
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(2.488)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(51.804)</u>	<u>(4.266)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(86.959)</u>	<u>19.001</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>153.715</u>	<u>134.714</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>66.756</u></u>	<u><u>153.715</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Fitesa Nãotecidos S.A. (“Fitesa” ou “Companhia”) atua na produção e comercialização de nãotecidos de polipropileno tipo *spunbond*, *spunmelt* e cardado cujas aplicações estão voltadas aos mercados de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos e aplicações industriais tais como colchões, móveis, calçados, agricultura, embalagens, etc.

A Companhia é subsidiária integral da Fitesa S.A., empresa do grupo Évora S.A. A sua sede é na Rua Siqueira Campos nº 1163, cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. As atividades administrativas da Companhia são realizadas no mesmo endereço da planta produtiva de Gravataí, localizada na Rua Paul Zivi nº 80, Distrito Industrial, na cidade de Gravataí, Rio Grande do Sul. A outra planta produtiva da Companhia se localiza na Rodovia Zeferino Vaz, Km 137,8 Sul, Itapavussú, na cidade de Cosmópolis, São Paulo.

a. Cisão parcial (Investimento na Fitesa Sweden AB)

Em 28 de fevereiro de 2019, foi aprovado na Fitesa Nãotecidos S.A. cisão parcial, com a incorporação do acervo cindido pela Fitesa S.A.. Os ativos cindidos estão apresentados abaixo:

Ativo

Créditos com partes relacionadas	14.648
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre mútuos	7.035
Investimentos	246.117
	267.800

Passivo

Empréstimos partes relacionadas	263.990
Ajuste de avaliação patrimonial - CTA	(3.591)
	260.399

Total do acervo líquido	7.401
--------------------------------	--------------

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na sua gestão.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 30 de abril de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas continuamente e os eventuais ajustes decorrentes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado (Nota 11), provisão para redução ao valor recuperável (Nota 11), provisão para perdas esperadas de crédito (Nota 5), imposto de renda diferido ativo e passivo (Nota 7), provisão para riscos trabalhistas (Nota 14), mensuração de instrumentos financeiros (Nota 13), direitos de uso – arrendamentos (Nota 11), arrendamentos a pagar (Nota 15) e provisão para ajuste ao valor líquido realizável dos estoques (Nota 6).

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente e (iii) valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

A Companhia reconheceu os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornou uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2019, são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre o saldo de contas a receber de clientes de curto prazo e receita de vendas e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e a liquidação por parte do cliente, os valores calculados foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

b. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível

As licenças de uso de *softwares* estão sendo amortizadas pelo método linear no prazo de cinco anos.

Os ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f. Benefícios concedidos a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Receita operacional

A receita operacional de vendas no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos e mútuos com partes relacionadas. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados sobre o lucro tributável às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, conforme legislação aplicável, para imposto de renda e 9% para contribuição social e consideram quando aplicável a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

l. Redução ao valor recuperável de ativos não monetários (Impairment)

Os saldos de imobilizado e de intangível são submetidos a teste para verificação de perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os seus custos de sua venda, e o valor em uso.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Para as emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB, as quais estão abaixo relacionadas e têm sua adoção a partir de janeiro de 2020, a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras na adoção destas normas, porém, numa avaliação preliminar, não é esperado nenhum impacto significativo:

Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos;

Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável;

IFRS 17 – Contratos de seguros.

n. Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 / CPC 06(R2)

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17. Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 estão evidenciados na nota explicativa 11.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na

mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro
Vigente a partir de 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e saldos em bancos	28.300	23.660
Aplicações Financeiras	38.456	130.055
	<u>66.756</u>	<u>153.715</u>

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e referem-se preponderantemente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remuneradas em torno da variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota 13.

5 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cientes no Brasil	25.429	13.993
Cientes no exterior	<u>23.508</u>	<u>14.440</u>
Total clientes	<u>48.937</u>	<u>28.433</u>
Provisão para perdas esperadas de créditos	<u>(6.151)</u>	<u>(5.052)</u>
Total clientes líquido da provisão	<u>42.786</u>	<u>23.381</u>

A Administração efetua análise individual de títulos vencidos e histórico de inadimplência para formação da provisão para perdas esperadas de créditos, a qual foi constituída em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A abertura do Contas a receber de clientes por faixa de vencimento e exposição a riscos está apresentada na Nota 13.

A Companhia não possui recebíveis dados em garantias.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2019	<u>(5.052)</u>
Adições	(2.437)
Reversões	1.410
Baixas	37
Variação Cambial	<u>(109)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u><u>(6.151)</u></u>

6 Estoques

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Produtos acabados	9.125	10.123
Produtos em elaboração	2.259	1.345
Matérias primas	32.197	24.677
Almoxarifados de manutenção	3.970	4.026
Sub-produtos e outros	617	1.132
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	<u>(558)</u>	<u>(192)</u>
	<u>47.610</u>	<u>41.111</u>

Os estoques encontram-se livres de ônus ou garantias.

A movimentação da provisão para ajuste ao valor líquido realizável está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2019	(192)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(3.218)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	2.852
Saldo em 31/12/2019	<u>(558)</u>

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados sobre o lucro tributável às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, conforme legislação aplicável, para imposto de renda e 9% para contribuição social e consideram quando aplicável a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

a. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, em conformidade com o CPC 32.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos tiveram a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2018
Variação cambial	-	-	(22.955)	22.955
Prejuízo fiscal e base negativa	12.345	8.859	-	3.486
Outras diferenças temporárias	3.867	-	(1.308)	5.175
	<u>16.212</u>	<u>8.859</u>	<u>(24.263)</u>	<u>31.616</u>
Passivo	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2018
Depreciação	(2.220)	510	-	(2.730)
	<u>(2.220)</u>	<u>510</u>	<u>-</u>	<u>(2.730)</u>
Imposto diferido ativo líquido	<u>13.992</u>			<u>28.886</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão, respectivamente, realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, as quais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	<u>31/12/2019</u>
2020	820
2021	2.196
2022	3.527
2023	5.548
Após 2023	1.901
	<u>13.992</u>

Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	35.270	(71.841)
Base de cálculo	35.270	(71.841)
Alíquota 34%	(11.992)	24.426
Equivalencia patrimonial	-	2.334
Diferença de taxa de depreciação	635	4.322
Outras adições e exclusões, líquidas	2.353	475
	<u>2.988</u>	<u>7.131</u>
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado	(9.004)	31.557
Corrente	(1.144)	(5.756)
Diferido	(7.860)	37.313

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes e a periodicidade das transações dadas suas características. Tais transações não são comparáveis àquelas realizadas com terceiros não relacionados.

Empresas	Contas a receber e aval de curto		Dividendos e juros s/capital próprio a pagar	Contas a pagar e aval de curto		Receitas (despesas)
	prazo	Mútuos de longo prazo		prazo	Mútuos de longo prazo	
Fitesa Peru S.A.C.	-	771	-	(42)	-	(329)
Fitesa S.A.	-	90.610	(8.430)	(11.333)	-	3.732
Fitesa Sweden A.B.	-	1	-	-	-	1
Fitesa Simpsonville Inc.	-	54.436	-	(404)	-	5.030
Fitesa Nonwovens Mexico	-	531	-	-	-	(15)
Fitesa Germany GMBH	647	3	-	-	-	-
Évora S.A.	-	-	-	(5.818)	-	-
FitesaCNC	-	1	-	-	-	1
America Tampas	-	-	-	-	-	(2)
31/12/2019	647	146.353	(8.430)	(17.597)	-	8.418
31/12/2018	15.951	49.378	-	(24.752)	(239.298)	(30.142)

- (i) Mútuos – referem-se a repasses financeiros entre as empresas e são remunerados de acordo com a taxa de juros média ponderada obtida na captação de recursos pela mutuante no mercado financeiro. E possui os seguintes vencimentos:
- Mútuo ativo com a Fitesa Simpsonville: vencimento em setembro de 2023;
 - Mútuo ativo com a Fitesa S.A.: vencimento em dezembro de 2021.
- (ii) As contas a pagar para Évora S.A e Fitesa S.A referem-se a comissões sobre garantias prestadas sobre empréstimos com vencimento em 2020.
- (iii) Os valores reconhecidos como Receitas (despesas) se referem, substancialmente, à juros e variação cambial sobre mútuos.

O valor reconhecido no resultado como remuneração da Administração foi de R\$ 4.565 em 2019 (R\$ 4.263 em 2018). A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

Operações de compra e venda de produtos

Os montantes das transações entre partes relacionadas são inexpressivos quando comparados aos totais transacionados pela Companhia e respectivas partes relacionadas, motivo pelo qual não estão sendo apresentados.

9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar referem-se a créditos decorrentes das operações da Companhia, e estão descritos conforme abaixo:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
PIS e COFINS	11.337	10.661	252	22.789
ICMS	16.943	2.797	20.460	14.016
IPI	5.702	1.794	3.645	1.794
IRPJ e CSLL	25.059	93	19.442	-
Outros	2.284	-	2.140	-
	<u>61.325</u>	<u>15.345</u>	<u>45.939</u>	<u>38.599</u>

- (i) O saldo de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é composto por créditos tributários referentes a retenções na fonte de imposto de renda sobre liquidação de mútuos, e que serão realizados no curso usual dos negócios ou através de pedidos de ressarcimento. Adicionalmente compõe o saldo de IRPJ e CSLL os valores pagos antecipadamente e que serão recuperados posteriormente.
- (ii) Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a recuperar referem-se substancialmente a créditos decorrentes de aquisição de ativo imobilizado, decorrentes dos recentes investimentos na planta em Cosmópolis, SP, que entrou em operação no final de 2016, que serão realizados no curso usual dos negócios.

10 Investimentos

Movimentação do investimento em controlada

Fitesa Sweden AB	Saldo em 31/12/2018	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado equivalência patrimonial	Redução de capital	Saldo em 31/12/2019
Total em 2019	246.117	(3.591)	-	(242.526)	-
Total em 2018	211.275	27.977	6.865	-	246.117

11 Imobilizado e direito de uso

Composição dos saldos

	31/12/2019			31/12/2018		Taxas médias anuais de depreciação %
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Terrenos	10.202	-	10.202	10.202	-	-
Prédios	136.492	(25.701)	110.791	111.177	4%	4%
Máquinas e equipamentos	552.192	(346.912)	205.280	196.173	10%	10%
Instalações	80.723	(39.410)	41.313	41.178	9%	9%
Móveis e utensílios	2.319	(1.713)	606	640	11%	11%
Sistemas e equipamentos de computação	7.624	(5.340)	2.284	1.495	20%	20%
Imobilizações em andamento	35.612	-	35.612	39.610		
Direito de uso	244	(66)	178	-		
	<u>825.408</u>	<u>(419.142)</u>	<u>406.266</u>	<u>400.475</u>		

Direitos de uso - arrendamentos

A partir de janeiro de 2019, a Companhia passou a contabilizar as obrigações de contrato de aluguel por período de tempo, com prazos vigentes, conforme requerimentos do CPC 06 (R2). Esses arrendamentos eram classificados anteriormente como operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Como resultado na adoção, a Companhia reconheceu os valores no Ativo (Direito de uso) referentes a máquinas e equipamentos, cujos montantes foram, R\$ 244 na adoção inicial e R\$ 66 de depreciação no exercício.

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	10.202	-	-	-	-	10.202
Prédios	111.177	505	-	2.444	(3.334)	110.792
Máquinas e equipamentos	196.173	22.043	-	18.057	(30.993)	205.280
Instalações	41.178	1.951	-	4.434	(6.250)	41.313
Móveis e utensílios	640	71	-	-	(105)	606
Sistemas e equipamentos de computação	1.495	1.299	-	149	(660)	2.283
Imobilizações em andamento e adiantamento a fornecedores	39.610	21.086	-	(25.084)	-	35.612
Imobilizado	400.475	46.955	-	-	(41.342)	406.088
Direito de uso - arrendamentos	-	244	-	-	(66)	178
Total em 2019	400.475	47.199	-	-	(41.408)	406.266
Total em 2018	384.635	47.447	(75)	-	(31.532)	400.475

Os imobilizados em andamento referem-se substancialmente à melhoria de uma das linhas de produção na unidade de Gravataí.

Provisão para redução do valor recuperável

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não identificou indicadores de que os ativos pudessem estar acima do valor recuperável.

12 Empréstimos e financiamentos

Moeda	Taxa de Contrato	31/12/2019		31/12/2018	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em moeda nacional					
Capital de giro	IPCA + 1,50% a.a.	390	9.402	17	9.071
Ativo permanente		-	-	4.215	15.462
		390	9.402	4.232	24.533
Em moeda estrangeira					
Ativo permanente	EUR	Euribor + 0,95% a.a.	15.600	62.444	16.283
Ativo permanente	USD		-	-	2.032
Capital de giro	USD	Libor + 2,35 a 4,55% a.a.	37.933	146.241	39.019
Capital de giro	EUR	3,10% a 4,50% a.a.	49.341	213.031	86.817
Capital de giro	USD	6,10% a.a.	14.705	-	14.142
			117.579	421.716	158.293
			117.969	431.118	162.525
					392.624

Os montantes a vencer a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	150.257
2021	148.211	127.904
2022	133.944	81.043
2023	93.599	33.420
Após 2023	55.364	-
	<u>431.118</u>	<u>392.624</u>

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas as seguintes garantias:

	31/12/2019	31/12/2018
Alienação fiduciária de bens	78.044	116.433
Aval de empresas ligadas	549.087	555.149
Notas promissórias	284.462	313.535

Cláusulas contratuais: *covenants*

Alguns contratos de financiamento, no montante de R\$ 489.232 em 31 de dezembro de 2019, possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento (dívida financeira líquida/Ebitda), cobertura do serviço da dívida (Ebitda/serviço da dívida) e cobertura de despesas financeiras (Ebitda/despesa financeira líquida), medidos a nível consolidado da controladora Fitesa S.A.

13 Instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, e procura evitar a concentração de recursos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O saldo de contas a receber considera o montante de R\$ 647 de partes relacionadas, o qual possui baixo risco de crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	66.756	153.715
Contas a receber de clientes	42.786	23.381
Total	<u>109.542</u>	<u>177.096</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Nacional	19.278	8.941
Exterior	23.508	14.440
Total	42.786	23.381

A composição dos recebíveis por faixa de vencimento nas demonstrações financeiras era:

	Contas a receber	Provisão para perdas esperadas de créditos	Contas a receber	Provisão para perdas esperadas de créditos
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
A vencer	38.017	-	19.440	-
Vencidos de 1 a 30 dias	3.046	-	2.459	-
Vencidos entre 31 e 180 dias	1.723	-	1.840	-
Vencidos há mais de 180 dias	6.151	(6.151)	4.694	(5.052)
Total	48.937	(6.151)	28.433	(5.052)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos	Mais de 4 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	549.087	606.685	135.550	165.140	145.359	98.979	61.657
Partes relacionadas	17.597	17.597	17.597	-	-	-	-
Fornecedores	37.629	37.629	37.629	-	-	-	-
Total	604.313	661.911	190.776	165.140	145.359	98.979	61.657

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos	Mais de 4 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	555.149	603.737	179.757	163.719	135.194	85.139	39.928
Partes relacionadas	239.298	299.331	193.317	-	87.560	-	18.454
Fornecedores	39.811	39.811	39.811	-	-	-	-
Total	834.258	942.879	412.885	163.719	222.754	85.139	58.382

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e em parcela significativa de suas vendas há contratos com clientes que possuem cláusulas regulando repasses ao preço dos produtos decorrentes de oscilações nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção.

Risco de taxas de câmbio

Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Em razão de seu volume de exportações e ainda em função de parcela significativa das vendas possuem contratos com clientes com cláusulas contratuais regulando o repasse ao preço dos produtos decorrentes de oscilação nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção e também regulando o repasse de oscilação das taxas de câmbio, a Companhia possui proteção natural contra seus passivos em Dólar e Euro, mantendo acompanhamento constante dos fluxos de entrada e saída em moeda estrangeira, de modo a evitar que haja exposição. Também para proteção destas oscilações, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros

A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde a Companhia opera está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira (milhares):

	31/12/2019	
	US\$	Euro
Contas a receber	5.832	-
Caixa e equivalentes de caixa	108	-
Mutuos	13.501	-
Empréstimos e financiamentos	49.341	75.139
Fornecedores	1.058	466
Exposição bruta do balanço patrimonial	69.840	75.605

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista na data das demonstrações contábeis	
	31/12/2019	31/12/2018
US\$ (Dólar dos EUA)	4,0307	3,8748
Euro	4,5305	4,4390

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros

As bases utilizadas para projeção dos efeitos sobre desvalorização cambial consideram apenas aqueles instrumentos efetivamente expostos à variação entre a moeda do instrumento e a moeda Real.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia à variação de 25% e de 50% no Real em relação ao Dólar e ao Euro oficial de encerramento do exercício antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda:

<u>31/12/2019</u>	<u>Resultado do exercício</u>
R\$/US\$ (25%)	(31.731)
R\$/US\$ (50%)	(63.461)
R\$/Euro (25%)	(101.304)
R\$/Euro (50%)	(202.608)

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>Valor Contábil</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	277.078	331.679
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	38.456	130.056
Passivos financeiros	272.009	223.470

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 10 por cento na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria, antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda, aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	<u>Patrimônio líquido e resultado do exercício</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	355	596
Alteração na taxa de juros sobre aplicações	122	736

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	66.756	66.756	153.715	153.715
Contas a receber de clientes	42.786	42.786	23.381	23.381
Partes relacionadas	147.000	147.000	15.951	15.951
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos- moeda nacional	9.792	9.333	28.765	29.544
Empréstimos e financiamentos- moeda estrangeira	539.295	514.042	526.384	540.646
Partes relacionadas	17.597	17.597	239.298	239.298
Arrendamentos a pagar	185	185	-	-

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, estão baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras.

14 Provisões para riscos trabalhistas

Natureza	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Processos trabalhistas (i)	<u>974</u>	<u>1.409</u>

a. Provisão para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão para passivos cíveis, tributários, e trabalhistas, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso.

(i) *Processos trabalhistas*

Nos processos trabalhistas o principal valor decorre de contingência relativa a questionamentos de rescisões contratuais, horas extras, e de insalubridade e periculosidade.

b. Perdas possíveis

Em relação aos processos classificados por nossos advogados como perdas possíveis, os mesmos igualmente referem-se a processos fiscais e trabalhistas.

Os processos fiscais referem-se à discussão administrativa sobre compensação de créditos de IRPJ/CSLL e demais tributos, totalizando R\$ 4.685.

Outros processos que totalizam R\$ 3.900 são relativos principalmente a horas extras, adicional de periculosidade, reconhecimento de relação de emprego e férias.

Em relação a tais casos, considerando o estágio em que se encontram e a avaliação dos riscos como possíveis, não foram constituídas provisões para perdas.

c. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais visam assegurar o direito de discussão em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, tanto na esfera administrativa como na judicial, como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Processos trabalhistas	1.138	1.095
Fiscais	14.475	8.599
Não circulante	<u>15.613</u>	<u>9.694</u>

No que tange aos processos fiscais, referem-se a depósitos judiciais realizados no decorrer do andamento da ação que visa a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, no montante acima demonstrado. Está em tramitação, no Superior Tribunal de Justiça, a ação judicial nº 5066412-83.2018.4.04.7100, em nome da Companhia, cujo objetivo é o reconhecimento do direito de exclusão do ICMS destacado nas suas notas fiscais de venda das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia estima o valor potencial dos créditos em R\$ 41.369, no entanto, a considerar os trâmites processuais e administrativos a serem percorridos, não há como assegurar, neste momento, quando, ou se, os montantes estimados serão efetivamente realizados. Neste momento, a Companhia está aguardando decurso de prazo para recurso da União contra acórdão que negou provimento ao agravo interno da União.

15 Arrendamentos a pagar

A partir de janeiro de 2019, a Companhia passou a contabilizar as obrigações de contrato de aluguel por período de tempo, com prazos vigentes, conforme requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Esses arrendamentos eram classificados anteriormente como operacionais de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17. Como resultado na adoção, a Companhia reconheceu um ativo e um passivo de arrendamento no mesmo montante na data de transição em janeiro de 2019. Cabe ressaltar que a Companhia não atua como arrendadora em nenhum contrato de aluguel.

A movimentação do saldo de passivo de arrendamento para exercício de 2019 dos contratos de equipamentos está abaixo apresentada:

	<u>31/12/2019</u>
	<u>Máquinas e</u>
	<u>equipamentos</u>
Adoção inicial (janeiro de 2019)	244
Juros apropriados	16
Pagamento de aluguel	(75)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>185</u>
Curto Prazo	78
Longo Prazo	107

16 Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de ICMS - Programa Fundopem/Integrar, contabilizado no mês de competência da apuração do imposto, o qual, para fins de apresentação, está considerado na receita líquida de vendas e corresponde em em 2019 a R\$ 296 (em 2018 não houve reconhecimento de incentivos fiscais).

A Companhia firmou em 2014 um novo Termo de Acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção de Investimento (SDPI) do Estado do Rio Grande do Sul, visando prorrogar o incentivo pelo Programa Fundopem/Integrar. O benefício tem vencimento em 2022 e contempla redução de até 55,2% do ICMS mensalmente devido.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 213.531, sendo composto por 213.531.388 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi aprovado na Fitesa Nãotecidos S.A. cisão parcial, com a incorporação do acervo cindido pela Fitesa S.A., com conseqüente redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 7.401.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de subvenção para investimentos

Refere-se a subvenções para investimentos (incentivo fiscal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS) por meio do programa Fundopem/Integrar.

Ajustes de avaliação patrimonial

São considerados nesta rubrica os efeitos das variações cambiais sobre investimento em coligada no exterior e das perdas/ganhos atuariais sobre benefícios pós-emprego registrados por esta coligada.

Em 28 de fevereiro de 2019, ocorreu cisão parcial, com a incorporação do acervo cindido pela Fitesa S.A., com consequente impacto de R\$ 3.591 em ajustes de avaliação patrimonial.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária. A Companhia efetuou no exercício, cálculo e apropriação de juros sobre o capital próprio, no valor líquido de R\$ 8.430.

	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	26.266
Absorção de prejuízos acumulados	<u>(26.266)</u>
Lucro após compensação	-
Juros sobre capital próprio	9.918
Impostos	(1.488)

18 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A cobertura de seguros é composta conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo imobilizado	1.397.518	1.233.364
Responsabilidade civil executivos	30.000	30.000
Lucros cessantes	366.865	326.980
Responsabilidade civil	22.000	22.000

19 Receita de vendas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita bruta de vendas	758.359	721.263
Impostos sobre vendas	(110.022)	(102.973)
Abatimentos e devoluções	(9.140)	(8.404)
Total líquida de vendas	<u>639.197</u>	<u>609.886</u>

As receitas referem-se unicamente ao principal negócio da Companhia, conforme descrito no contexto operacional. A receita está concentrada substancialmente no território brasileiro. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.

20 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos e as despesas com vendas e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são as seguintes:

Por natureza:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Matérias-primas e materiais de consumo	(376.963)	(380.550)
Despesa com pessoal	(67.524)	(68.067)
Depreciação e amortização	(42.529)	(32.241)
Despesas de transporte	(29.336)	(34.040)
Outras despesas e administrativas	(27.346)	(32.915)
	<u>(543.698)</u>	<u>(547.813)</u>

Por função:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo das vendas	(469.174)	(473.417)
Despesas com vendas	(46.265)	(46.340)
Despesas administrativas	(28.259)	(28.056)
Total	<u>(543.698)</u>	<u>(547.813)</u>

21 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas financeiras	9.853	4.295
Varição cambial ativa	127.382	137.891
Total receitas	<u>137.235</u>	<u>142.186</u>
Despesas financeiras	(58.091)	(64.734)
Varição cambial passiva	(147.203)	(226.868)
Total despesas	<u>(205.294)</u>	<u>(291.602)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(68.059)</u>	<u>(149.416)</u>

As receitas financeiras são decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras e juros sobre mútuo com controladora e com empresas interligadas.

As despesas financeiras decorrem de juros sobre empréstimos bancários, custos com pagamentos ao exterior e serviços bancários.

As variações cambiais são decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos e operações de mútuos com partes relacionadas em moedas estrangeiras, e contas a receber de clientes no exterior.

22 Eventos subsequentes

Aquisição de controle

A Fitesa concluiu, em 31 de janeiro de 2020, aquisição do controle da Freudenberg Hygiene Brazil Ltda. que possui planta industrial em Jacareí, SP e produz nãotecidos para aplicação em produtos descartáveis higiênicos.

Efeitos do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada, considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 13 sobre riscos de mercado, estamos expostos à variação cambial do dólar norte-americano e do euro, em função dos nossos empréstimos e financiamentos, no montante de USD 49 milhões e EUR 75 milhões em 31 de dezembro de 2019. Destacamos que nosso fluxo de pagamento em moeda estrangeira está protegido por nosso fluxo de recebimentos também em moeda estrangeira, sendo assim nosso caixa segue protegido. Os possíveis impactos do surto na nossa exposição à variação do dólar norte-americano foram divulgados na análise de sensibilidade relacionada à variação cambial na nota explicativa 13.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.